

De Lagos a Tavira:

O Reino do Algarve no contexto da Expansão Portuguesa

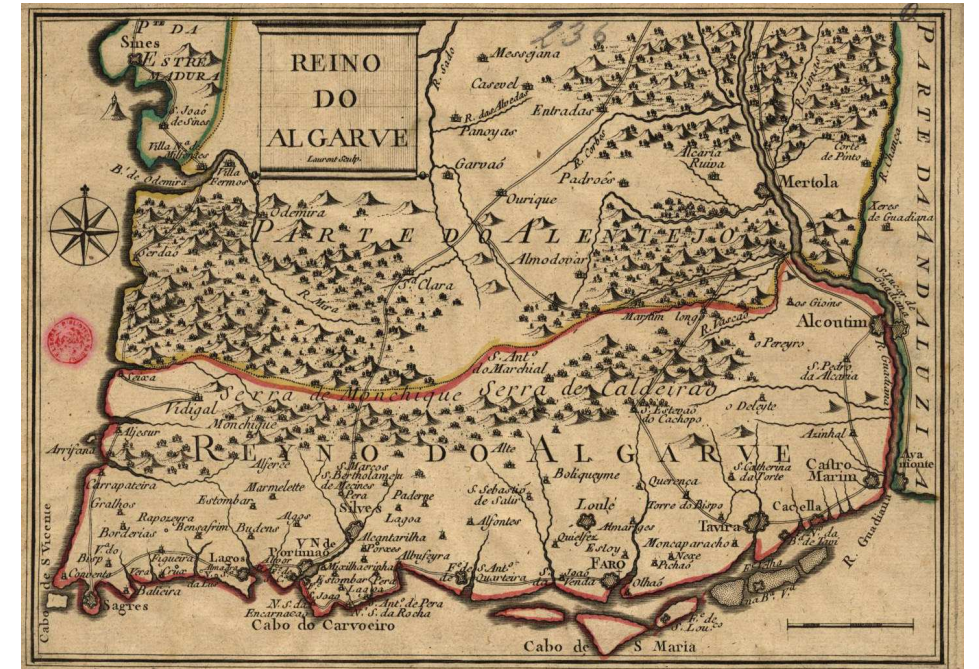
Por Andreia Fidalgo*

Compreender o papel do Algarve no contexto da expansão marítima portuguesa implica, antes de mais, uma reflexão sobre os seus particularismos históricos e geográficos. Não será demais lembrar que antes da conquista cristã definitiva do território, o Algarve era parte integrante do Gharb Al-Andalus, região sob o domínio islâmico que compreendia todo o ocidente peninsular de influência mediterrânica, inclusivamente a Andaluzia e parte da Estremadura espanhola. O mais vasto Al-Gharb – termo árabe que significa “o ocidente” – do domínio islâmico teve o seu fim em 1249, quando sob a acção de D. Afonso III foi conquistada a região mais a sul do Reino de Portugal, delimitada a oriente pelo rio Guadiana. Imprescindível para a consolidação do novo Reino, esta região passou desde então a designar-se, simbolicamente, Reino do Algarve, como se de um Reino à parte se tratasse, sem no entanto nunca ter gozado de autonomia paratal. O Algarve nunca foi, de facto, um Reino à parte, porém, os seus condicionamentos geográficos remetaram-no para uma situação de isolamento e até de esquecimento em relação ao restante Reino. A densa e longa serra, a norte, dificultava os contactos frequentes com o Reino de Portugal, e a fronteira estabelecida no Guadiana dificultara também as relações económicas florescentes de outrora em todo o complexo luso-hispano-marroquino do golfo de Gibraltar, que ainda assim persistiram (MAGALHÃES, 1970, p.233). Com uma extensa orla costeira, os maiores proventos na região foram, durante séculos, gerados pelas actividades piscatórias e pelo comércio marítimo. Foi precisamente essa estreita relação com as actividades marítimas que captou a atenção da Coroa, quando nos inícios do século XV se principiou uma política régia de ex-

pansão além-mar. O Algarve, território privilegiado pela sua posição geográfica, de excelentes acessos marítimos, tornou-se então o local de eleição para a partida das expedições marítimas e a sua situação periférica inverteu-se, com cidades como Lagos e Tavira a adquirirem importância estratégica. Em 1415, numa expedição liderada por D. João I, foi conquistada a cidade norte-africana de Ceuta, episódio considerado pela historiografia tradicional portuguesa como o fundador da expansão ultramarina. Foi a partir de então que a região algarvia adquiriu nova importância, com os principais portos a servirem de apoio à empresa expansionista. Lagos foi a vila que mais se desenvolveu nessa época (PEREIRA, 2013, p.137), uma vez que o seu porto, estrategicamente localizado no prolongamento do Cabo de São Vicente, e a sua ampla baía reuniam as condições ideais para as movimentações marítimas que então se tornaram frequentes. Foi, por isso mesmo, o local escolhido pelo Infante D. Henrique, que aí assentou residência poucos anos depois da tomada de Ceuta, tendo sido encarregue por D. João I, logo em 1416, da sua defesa e provimento. Era, portanto, a partir do porto de Lagos que o Infante assegurava a manutenção da praça norte-africana com o envio frequente de mantimentos, de munições e, inclusivamente, de homens incumbidos de assistir na sua defesa (LOUREIRO, 1991, pp.35-41). Se, inicialmente, o porto de Lagos foi escolhido como base de apoio a Ceuta, progressivamente as atenções começaram-se a voltar para a costa ocidental africana, com navegações cada vez mais exploratórias. Em 1418 descobriu-se o arquipélago da Madeira e em 1427 o dos Açores, mas o ponto de viragem ocorreu em 1434. Foi nesse ano que Lagos viu partir e regressar a barca comandada por Gil Eanes, natural dessa vila, que pela

primeira vez foi além do limite marítimo conhecido, ao ultrapassar o cabo Bojador. Foi o início, agora sim, das viagens de descobrimento que então começaram a florescer ao longo da costa atlântica. Estabelecidas as novas rotas do Atlântico, a empresa marítima começou a ser cada vez mais atractiva, sobretudo pelas lucrativas actividades mercantis. Para além das regulares expedições dos navios de D. Henrique, foi de Lagos que, em 1444, saiu a primeira frota privada, sob autorização do Infante, composta por seis caravelas comandadas por Gil Eanes e por Lançarote, almoxarife d’el-rei. Logo no ano seguinte partia também dessa vila uma segunda frota, muito mais numerosa, composta por vinte e seis navios que aí se reuniram, provenientes de vários portos da costa portuguesa (ALBUQUERQUE, 1994, p.582). Todas estas movimentações contribuíram para o rápido crescimento económico da vila. No final da já referida viagem empreendida em 1444, realizou-se em Lagos o primeiro mercado de escravos oriundos das rotas atlânticas, episódio do qual ficou o relato vívido de Gomes Eanes de Zurara, na Crónica da Guiné, redigida ainda em vida de D. Henrique: “No outro dia, que eram VIII dias do mês de agosto, muito cedo pela manhã por razão da calma, começaram os mareantes de correger seus bateis e tirar aqueles cativos, para os levarem segundo lhes fora mandado; os quais, postos juntamente naquele campo, era uma maravilhosa cousa de ver, que entre eles havia alguns de raçoada brancura, fermosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeitados assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo. Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquela companhia?” (ZURARA, 1841, pp.132-133). O desenvolvimento das actividades económicas e os lucros decorrentes das explorações marítimas motivaram também a criação da Casa de Arguim ou da Guiné, que tinha como principal função a cobrança de impostos e o escoamento dos bens procedentes das rotas comerciais na costa ocidental africana. Este organismo, instalado em Lagos em 1445, aí permaneceu

até 1480, ano em que foi transferido para Lisboa (PEREIRA, 2013, p.141). Ao rápido crescimento económico lacobrigense aliou-se também um crescimento demográfico e consequente desenvolvimento urbanístico da vila. As riquezas que então circulavam no porto de Lagos, provenientes da intensa actividade comercial, explicam que aí se tenham estabelecido comerciantes de outros locais, assim como vários fidalgos, inclusivamente escudeiros e cavaleiros de D. Henrique, que concorreram para o aumento do número de habitantes da vila. Ainda assim, durante o período henriquino, o crescimento urbano reflectiu-se sobretudo numa concentração construtiva na área intramuros, sendo que o maior crescimento urbano de Lagos, durante a época dos Descobrimentos, ocorreria já entre os finais do século XV e o início do XVI. Nas cortes de 1490, realizadas em Évora, a falta de edifícios públicos condignos às funções da vila leva a que os representantes da sua administração solicitassem a D. João II a cobrança de taxas extraordinárias que permitissem financiar a construção de um aqueduto e de uma gafaria, e concluir a edificação dos Paços do Concelho. O monarca assentiu, e incluiu também a edificação de umas Taraceñas e de uma Casa da Alfândega e das Sisas. Estas obras, para além das óbvias funções práticas, tinham como objectivo o “enobrecimento” da vila e só vieram a ser verdadeiramente concretizadas já no reinado de D. Manuel I (PEREIRA, 2013, pp.140-152). Lagos prosperava. Até à morte do Infante D. Henrique, em 1460, foi possível estabelecer um regular e pacífico tráfego marítimo em toda a região compreendida entre Arguim e a Serra Leoa, limite máximo das explorações henriquinas. A partir de então, porém, o centro coordenador das navegações foi-se transferindo gradualmente para Lisboa, e Lagos, ainda que permanecesse o principal centro de comércio ultramarino na região, foi perdendo a sua posição de destaque no Algarve. Não obstante, o Reino do Algarve continuou a prosperar e a crescer, sendo que a partir de 1471, com a conquista das praças norte-africanas de Tânger e Arzila, a simbólica designação de Reino do Algarve transformou-se em Reino dos Algarves, abrangendo simultaneamente a região d’aquém mar e as regiões d’além mar. Doravante, a vocação do Algarve já



Mapa do Reino do Algarve.

Autor: Laurent; Título: Reino do Algarve; Data: ca. 1760; Acervo: Biblioteca Nacional de Portugal; Cota do exemplar digitalizado: cc-168-p1; Disponível online: <http://purl.pt/1384>

não seria tanto a de servir de palco às navegações no Atlântico. Com o crescente número de praças portuguesas no norte de África – às já referidas Ceuta, Arzila e Tânger somam-se Alcácer Ceguer, Safim, Azamor e Santa Cruz de Cabo de Guê, e, ainda, a construção de raiz da praça de Mazagão já durante o reinado de D. Manuel I – o centro das operações marítimas muda-se para Tavira nos finais de Quatrocentos e sobretudo na primeira metade de Quinhentos. Esta vila localizada na metade oriental do Algarve, com bons acessos marítimos e um porto em crescente evolução, passou a ser o local de eleição para o contacto e acesso às praças norte-africanas. Não é, pois, de estranhar, que Frei João de São José tenha deixado registado na sua Corografia do Reino do Algarve, de 1577, que “a cidade de Tavira, sem alguma dúvida, é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve” (JOSÉ, 1983, p.49). A partir da vila de Tavira a travessia para o continente africano podia fazer-se em pouco tempo e com relativa segurança, sendo que “servia de escala” obrigatória a todas as praças portuguesas (JOSÉ, 1983, p.51). A posição privilegiada de Tavira não só permitia o contacto frequente com o norte de África, como a própria povoação desempenhou funções importantes na defesa militar das praças africanas, cedendo o seu porto para

ser utilizado pelas armadas da Coroa, mas também enviando as suas gentes em auxílio durante os períodos mais conturbados. Em 1508, os tavirenses desempenharam um papel importante no combate ao cerco de Arzila. No ano seguinte, D. Manuel manda fundar em Tavira o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, mais conhecido por Mosteiro das Bernardas, em acção de graças pelo levantamento desse mesmo cerco, para o qual o contributo dos tavirenses havia sido determinante. Em 1516, foram novamente os moradores de Tavira que impediram a perda de Arzila, e foi para Tavira que em 1522 se vieram recolher as mulheres e crianças que daí vieram, quando uma epidemia de peste bubónica assolou essa praça (MAGALHÃES, 2012a, p.81). Romero Magalhães (2012a, p. 81) evidencia a importância de Tavira relativamente ao frequente contacto com as praças africanas através de uma elucidativa cena da *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente, escrita em 1523:

Moço. *Vosso Irmão está em Arzila? Eu apostarei que hi vem Nova do meu senhor também. Inês. Já ele partiu de Tavira? Moço. Há três meses que é passado.*

A referência a Tavira na obra vicentina deixa claro que a povoação não passou despercebida na Corte, »»»



O Mosteiro das Bernardas na actualidade.

nem tão pouco aos monarcas portugueses. Por isso mesmo, em 1520, D. Manuel concede a elevação de Tavira a cidade, compreendendo que a sua posição estratégica no Reino do Algarve tornava imprescindível a atribuição de alguns privilégios régios. Tavira prosperava, na primeira metade do século XVI, tornando-se um local de eleição para “todas as gerações de nobres de Portugal, porque, como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fosse a escala, onde todos acudiam, achan-do-se os homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento” (JOSÉ, 1983, p.53). A presença de uma forte nobreza em Tavira é essencial para compreender o dinamismo da povoação na altura, uma nobreza vocacionada para o serviço, ou seja, dedicada mormente à defesa militar do território, *d’aquém e d’além mar*, e aos cargos de administração concelhia, sem se ocupar de actividades comerciais ou de qualquer outra actividade que envolvesse transacções monetárias (CÔRTE-REAL, 2003, pp.52). Ora, numa época em que o Algarve e, sobretudo, Tavira beneficiava de bons contactos por via marítima e enriquecia com o comércio

de “*mel, cera, courama, pescado seco, tâmara, cavalos e gado*” (JOSÉ, 1983, p.51), o comércio marítimo estava “*em parte nas mãos de cristãos-novos residentes em Tavira*” (MAGALHÃES, 1970, pp.29-30), com a classe burguesa a ganhar cada vez mais relevância. A primazia de Tavira nessa época reflectiu-se também num aumento populacional significativo. Em 1527, existiriam na região cerca de 9918 fogos, sendo que 1567 correspondiam à cidade de Tavira e 478 ao seu termo. Desta contagem apenas se aproximava Lagos, com 1763 habitantes, Faro, com 1445, e Loulé, com 1022. O concelho de Silves, ainda sede de bispado, tinha um total de 1444 fogos, mas na povoação concentravam-se somente 271 (MAGALHÃES, 2012a, pp.83-84). O crescimento demográfico aliado ao desenvolvimento económico e à presença de uma importante nobreza e burguesia em Tavira contribuíram também para uma evolução urbanística relevante, sobretudo na primeira metade do século XVI, altura em que se consolidaram os três núcleos fundamentais da cidade: o núcleo primitivo, de origem medieval, correspondente ao perímetro amuralhado; o núcleo que se expandiu progressivamente a partir da muralha,

numa frente ribeirinha onde se destaca a praça e a corredoura; o arrabalde, instalado na margem esquerda do rio. Na malha urbana destacam-se alguns edifícios civis e religiosos de grande qualidade, fruto da prosperidade que então se vivia. Serve de exemplo o já referido Mosteiro das Bernardas, de fundação régia, exemplar máximo de arquitectura manuelina em Tavira, e cuja dimensão só faz sentido se se tiver em consideração a presença significativa da nobreza nessa cidade e as relações frequentes com o norte de África. Tudo aponta no sentido desta obra ter sido da responsabilidade de Diogo de Boitaca, o principal mestre-de-obras de D. Manuel I, que a partir de Tavira teria realizado as suas viagens às praças portuguesas, onde trabalhou em várias obras militares (FIDALGO, 2008, pp.42-44). A pouco e pouco foram também surgindo na região, com Tavira como principal centro dinamizador, artistas renascentistas com um apurado requinte artístico. O Mestre André Pilarte foi, neste contexto, a principal figura, responsável pela edificação da Igreja da Misericórdia, entre 1541 e 1551, e será certamente da sua escola a traça da *loggia* renascentista do Palácio da Galeria (CORREIA, 2010, pp.97-111).

Sem dúvida a principal povoação do Reino do Algarve nos primeiros decénios do século XVI, a situação de primazia de Tavira começa a alterar-se progressivamente a partir de 1541, quando D. João III se decide por uma mudança de estratégia política que se reflectiu no abandono das praças africanas e na consequente redução da presença portuguesa no norte de África. Logo nesse ano e no seguinte foram abandonadas as praças de Santa Cruz de Cabo de Guê, Safim e Azamor; poucos anos passados, em 1549, seria a vez de Alcácer Ceguer e Arzila. Permaneceram, na restante centúria de Quinhentos, Ceuta, Tânger e Mazagão – Ceuta seria apenas perdida após a Restauração, em 1641, Tânger seria entregue a Inglaterra em 1662, no enxoval de D. Catarina de Bragança, e Mazagão, a última das praças portuguesas, seria abandonada em 1769, por ordem do Marquês de Pombal, dando por encerrada a presença portuguesa no norte de África. À perda de dinamismo de Tavira enquanto principal núcleo urbano algarvio é simultânea a consolidação de um outro importante núcleo, Faro, numa posição mais central na região. Se Lagos e Tavira haviam crescido e ganho destaque devido à expansão ultramarina, o mesmo não se pode dizer de Faro, cujo crescimento se deveu, em meados de Quinhentos, à “*pujança da pesca e pela presença das frutas que se exportam*” (MAGALHÃES, 2012b,

p.100), às quais se somava a existência de um porto marítimo resguardado e dotado de bons acessos, e também a proximidade com o concelho de Loulé, rico em produtos agrícolas e gado. A centralidade de Faro foi precisamente o motivo que levou D. João III a elevar essa vila a cidade, em 1540, com o intuito de transferir para aí a Sé da diocese algarvia, até então localizada na deprimida cidade de Silves, cuja falta de vitalidade se tinha acentuado com o progressivo assoreamento do rio Arade, que dificultara o contacto com o litoral. O processo foi moroso: só em 1577 a sede de bispado passou a ser definitivamente Faro, com o bispo D. Jerónimo Osório a instalar-se na antiga igreja matriz de Santa Maria, transformada em catedral da região. Doravante, Faro afirmaria-se na sua centralidade regional. O último grande episódio de que o Algarve foi palco, relacionado com a empresa expansionista, ocorreu já no reinado de D. Sebastião (1568-1578). O jovem monarca retoma a política régia direccionada para a conquista do norte de África e de combate fervoroso aos mouros, e mais uma vez o Algarve volta a assumir uma posição estratégica. Em Janeiro e Fevereiro de 1573, D. Sebastião empreende uma viagem pelas regiões do Alentejo e Algarve, com o objectivo de verificar as fortificações e defesas militares dessas regiões e com um já claro intuito de mobilização do apoio militar necessário às incursões a

Marrocos. Desse longo périplo, no qual o rei visitou as principais povoações da região – Albufeira, Loulé, Faro, Tavira, Alcoutim... – resultou a elevação de Lagos a cidade, para servir de apoio à aventura africana. Seria precisamente de Lagos que partiria com a sua armada, em 1578, na derradeira viagem rumo a Alcácer-Quibir. Encerra-se, desta forma, mais um capítulo na história da região. Uma região que deveu o seu crescimento, nos séculos XV e XVI, à expansão ultramarina portuguesa, mas de 1578 em diante será novamente votada ao esquecimento pela Coroa e pelo restante Reino de Portugal, e que a partir de então sofre um progressivo processo de ruralização e de subaproveitamento crónico das suas potencialidades (MAGALHÃES, 2012c, p.257-259). Somente dois séculos depois o Algarve voltaria a suscitar o interesse régio, quando o Marquês de Pombal delineia, em 1773, o plano de Restauração do Reino do Algarve, que visava a recuperação económica e administrativa da região. A almejada Restauração pombalina, que, segundo o vocabulário da época, significava a “*restituição ao primeiro estado*” (BLUTEAU, 1720), visava restituir o Algarve ao seu “*flourescente estado, em que o constituiu o Senhor Rei Dom Manuel*”, e já então se formara a ideia de que a época áurea dessa região de vocação marítima havia coincido com a época da expansão e descobrimentos portugueses. ///

* Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. II. Lisboa: Caminho, 1994.
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720.
- CORREIA, José Eduardo Horta, *O Algarve em Património*. Olhão: Gente Singular Editora, 2010.
- CÔRTE-REAL, Miguel M. T. M., “Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime: fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder do concelho”, in *Tabardo*, nº2, 2003, pp.51-100.
- FIDALGO, Andreia, *O Mosteiro das Bernardas de Tavira*. Dissertação de Licenciatura em Património Cultural. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2008.
- JOSÉ, Frei João de S., *Corografia do Reino do Algarve (1577)*, in *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1983.
- LOUREIRO, Rui Manuel, *Lagos e os Descobrimientos até 1460*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 1991.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero,
- *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.
 - “Tavira no Algarve do século XVI”, in *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Universidade do Algarve, 2012a, pp.81-96.
 - “A meio do Reino do Algarve: Faro: séculos XVI-XVII”, in *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Universidade do Algarve, 2012b, pp.97-106.
 - “A economia do Algarve e a conjuntura económica nos séculos XVI a XVIII”, in *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Universidade do Algarve, 2012c, pp.257-268.
- PEREIRA, Daniela, “A evolução urbana de Lagos”, in *Promontoria, Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, nº10. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2013, pp.137-173.
- ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.